

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 5

Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e três, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em terceira reunião da sessão ordinária de catorze de Janeiro, último, sob a Presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais António Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, respectivamente, primeiro e segundo secretários eleitos e com a presença dos Vogais António Manuel Pinto Soares Machado, Henrique Manuel Marques Domingos, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, Eduardo António Ramalheira, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Fernando da Conceição Mendes, Maria Helena Dias Camelo, António Adérito Brás Coelho e Silva, Domingos Simões Maia, Gilberto Parca Madail, Helder Oliveira dos Santos Filipe, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves Neves, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Lúcio de Jesus Lemos, António José Valente, Silvério Conde Teixeira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, António Correia Marques da Silva, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, Celestino Alberto dos Santos Antunes, António Ferreira da Silva e Manuel Gaspar Fernandes.

Pelas 21 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Pereira Soares, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Manuel Simões Madail e Manuel Pereira Cabral Monteiro.

De imediato, o Presidente da Mesa informou que foram apresentados pedidos de justificação de faltas dos Vogais Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves Neves, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares e Jaime Rodrigues Machado, relativamente à reunião de 28 de Janeiro, último, e ainda, Ulisses Manuel Brandão Pereira, relativamente à presente reunião, pelo que se consideraram justificadas as respectivas faltas.

Imediatamente a seguir, o Presidente da Mesa pôs à votação a realização ou não do período de antes da Ordem do Dia, tendo o mesmo sido rejeitado com 14 votos a favor e 19 contra.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Mesa apresentou à Assembleia duas soluções para a distribuição geográfica da sala, designadas por soluções A e B.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Rocha Andrade, Jaime Machado, José Luís Christo e Fernando Almeida e Silva.

Em virtude de ter sido distribuído o parecer do Conselho Municipal, relativamente ao Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, respeitante ao ano de mil novecentos e oitenta e três, o Presidente da Mesa sugeriu que se fizesse um intervalo de dez minutos, a fim de os grupos parlamentares se poderem debruçar sobre o seu conteúdo.

Deu entrada na sala o Vogal Rui de Brito.

Entretanto, o Vogal António Correia da Silva, apresentou uma proposta no sentido de que se efectuasse a leitura antes do intervalo sugerido, justificando a sua proposta com alguns argumentos.


Posta à discussão e votação e dado que ninguém usou da palavra, foi a mesma aprovada com 34 votos a favor e 4 abstenções.

Passou-se, de imediato, à leitura do citado documento, após o que se interromperam os trabalhos, para melhor análise do mesmo.

Deram entrada na sala os Vogais António Alves, António Sancho, João Matias e Carlos Candal.

Reiniciados os trabalhos, o Presidente deu nota de uma Moção apresentada pelo grupo parlamentar da APU, que foi rejeitada pela Mesa, mas que, no entanto, seria posta à consideração do plenário da Assembleia a sua admissão ou não, e que é do seguinte teor: "1-Considerando que os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local viram, nos últimos anos, reduzido drasticamente o seu poder de compra; 2-Considerando que o protelamento das negociações durante meses vem agravando as condições de vida dos trabalhadores da Função Pública; 3-Considerando que o Sr. Ministro da Reforma Administrativa Dr. Meneres Pimentel afirmou que mesmo sem OGE o aumento é possível; PROPÕE-SE: 1-Que esta Assembleia aprove e faça chegar aos órgãos do poder a exigência de que o actual Governo de Gestão inclua a revisão dos salários da F. Pública nas medidas urgentes; 2-Que o Governo tome medidas para garantir o processamento dos salários, diuturnidades e subsídio de refeição a partir de Fevereiro com efeitos retroactivos a Janeiro de 1983, sem prejuízo das negociações respeitantes ao montante global dos aumentos."

O Vogal António Correia da Silva, solicitou à Mesa que justificasse a rejeição da mesma, tendo sido esclarecido pelo Presidente da Mesa.

 Seguiu-se prolongada troca de impressões, em que intervieram os Vogais Carlos Candal, Maria Antónia e José Luís Christo, com apontamentos sobre a metodologia a seguir.

De imediato foi posta à votação a admissão ou não da referida Moção, tendo sido rejeitada por 2 votos a favor, 17 abstenções e 23 contra.

O Vogal Carlos Candal, fez a seguinte declaração de voto: "Abstivemo-nos porque um voto consciente a favor ou contra a admissão da votação pressupunha o debate de argumentos num e noutro sentido. Na verdade, a discussão é sempre pressuposta da opção esclarecida."

Também o Vogal Eduardo Ramalheira, fez a seguinte declaração de voto: "Este problema é, manifestamente, um problema de grande relevância. Há, neste país, problemas bastante relevantes que, todo o cidadão comum, pensa serem de grande importância. Mas não se trata, propriamente, de caracterizar o problema pela sua importância, que é manifesta. O problema é da legitimidade de o discutir no âmbito deste plenário, porquanto, não foi prevista, na agenda, a sua discussão, nem tão pouco estão contidas nos estreitos limites geográficos deste Município. Portanto, parece-me que, estes dois aspectos são ponderosos para que eu me abstinêsse."

De seguida, o Vogal Fernando Almeida e Silva, apresentou a seguinte declaração de voto: "A abstenção da maioria dos elementos da bancada do PSD, justifica-se: -embora a finalidade da Moção apresentada pela bancada da APU seja de ter em consideração em relação ao momento político nacional; -contudo, não deve ser admitida à discussão nesta reunião pela interrupção e atraso nos trabalhos agendados."

O Vogal António Correia da Silva, apresentou declaração de voto e que a seguir se transcreve: "Votamos a favor apesar de reconhecermos o erro técnico de a Moção não haver sido apresentada como proposta. Queremos deixar ainda claro que não era nossa intenção obstaculizar os trabalhos. Aliás ter-se-ia gasto menos tempo se a proposta de moção houvesse sido admitida para discussão."

De imediato, o Vogal José Luís Christo, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Não tive dúvidas em votar contra a admissão da proposta de moção por dois motivos essenciais, que nada têm a ver com a sua substância. 1º-Porque está claramente fora da ordem do dia. 2º-Porque a sua matéria nada tem a ver com a gestão municipal e as atribuições desta Assembleia."

No seguimento da declaração de voto apresentada pelo Vogal José Luís Christo, o Vogal Carlos Candal apresentou protesto, por consi-

decar descriminatória a referida declaração.

Imediatamente a seguir e em forma de contra-protesto, usou da palavra o Vogal José Luís Christo, considerando injustificado o protesto apresentado, porquanto a Moção tinha sido lida e, se tinha constatado não estar o assunto que a mesma encerra, integrado da Ordem dos Trabalhos.

Seguidamente, deu-se inicio à Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 2 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1983: - O Presidente da Mesa estabeleceu a metodologia a seguir, anunciando que iniciaria a discussão e apreciação, na generalidade, do Plano de Actividades da Câmara, tendo, de seguida, endossado a palavra ao Presidente da Câmara, a fim de prestar os esclarecimentos tidos por convenientes.

Ao iniciar a sua intervenção, o Presidente da Câmara, saudou a Assembleia, desejando-lhe um bom trabalho, em serenidade, manifestando, por parte do executivo, a maior lealdade e colaboração possíveis e, esperar também, da parte da Assembleia, a ajuda necessária para levar a bom termo as tarefas que o executivo tem por obrigação prosseguir.

Abordando, de imediato, o Plano de Actividades, começou por referir que, sendo embora um documento frio, sem enquadramentos de ordem política ou filosófica, não era um plano de intenções, mas sim um instrumento de trabalho para o ano em curso.

Salientou o desenvolvimento constante que o Concelho está a atravessar, do qual a Câmara não se pode nem se tem alheado, já que tem sido um elemento activo, directa e indirectamente, tecendo, ainda, vastas considerações sobre o conteúdo do referido Plano.

De imediato, usou da palavra o Vogal Helder Filipe, que colocou algumas questões relativamente a trânsito, higiene nas ruas da cidade e habitação, por considerar que a solução para esses problemas não se encontra inserida no Plano de Actividades, daí, o considerar um plano de intenções.

Relativamente à urbanização, manifesta o seu apoio à criação da Comissão Municipal de Urbanismo, apontando, no entanto, algumas reservas quanto à sua constituição, dado que urge ordenar, disciplinar e harmonizar acções de urbanização, em defesa da qualidade de vida dos municípes.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal José Luís Christo para se referir à inadequada localização e falta de estruturas da actual cadeia. Focou, ainda, o estado degradante das marinhas de sal, muito embora seja um dos pontos turísticos mais em foco, manifestando o seu apoio pela preocupação do executivo em valorizar as mesmas.

Imediatamente a seguir, a Vogal Maria Antónia, no uso da

palavra, teceu algumas considerações sobre a intenção da Câmara em humanizar, desenvolvendo o concelho urbanística e geograficamente, tendo perguntado se, construir em altura sem estarem garantidas as condições ideais de trânsito, de espaços verdes, de estacionamento, será humanizar, ou se pelo contrário não será descaracterizar a cidade.

Manifestou, ainda, a sua congratulação pela criação da Comissão Municipal de Urbanismo, apontando, no entanto, algumas reservas quanto à sua constituição.

Analisando, na generalidade, o Plano de Actividades, a mesma Vogal, classifica-o de declaração de intenções, porquanto, integra várias rubricas constantes de planos anteriores.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal referiu-se ao manifesto desequilíbrio do Plano de Actividades, frisando a ausência de programas de cultura, o desequilíbrio entre o Plano de Actividades da Câmara e o do Turismo, e ainda as omissões que o mesmo enferma e que serão focadas oportunamente.

Relativamente à estética aveirense e à constituição da Comissão Municipal de Urbanismo, refere as suas preocupações quanto à qualidade de trabalho a desenvolver, porquanto, à citada estética não poderão estar alheios o bom gosto e o bom senso.

No âmbito das prioridades, e porque o momento que o País atravessa é de crise, disse, ainda, o mesmo Vogal, não se justificar o empreendimento das eclusas, com os elevados custos que comporta, porquanto, e para fazer face ao constante desenvolvimento da cidade, se justificaria um maior apoio, ao sector da Habitação, por ser, por si só, um problema gravoso, adian-do, para melhor oportunidade, um empreendimento que não se coaduna com as necessidades mais prementes com que a cidade se debate, vincando o sem bairris-mo aveirense e o seu sentido de democracia.

De imediato, e de novo no uso da palavra, o Vogal José Luís Christo apresenta protesto contra as palavras, que considera insimosaş, proferidas pelo Vogal Carlos Candal, quando se refere à democracia e que não tinha sido colaborador do fascismo, como outros.

De seguida, o Vogal Carlos Candal, em sinal de contra-pro-
testo, disse não ter feito afirmações individuais mas sim em termos gerais.

Imediatamente a seguir, o Vogal Rocha Andrade, ao abordar, na generalidade, o Plano de Actividades, denomina-o de plano de intenções, perguntando, ainda, se a sua elaboração foi feita pelo executivo, na sua glo-
balidade, ou se, porventura, foram só alguns dos seus membros a elaborá-lo.

Thilly
Off.

Considera-o, ainda, de plano de intenções, por não se verificar qualquer correspondência entre o Plano de Actividades da Câmara e o Orçamento, tanto mais que, essa correspondência, verifica-se no Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados e o Orçamento, não havendo, portanto, qualquer ligação do Plano entre a teoria e a realidade prática da sua execução.

Em termos gerais, afirma, ainda, o mesmo Vogal, estar o Plano elaborado de forma tecnicamente incorrecta, porquanto, o mesmo deveria contemplar, em primeiro lugar, as grandes opções do Município e, dentro destas, as que fossem realizáveis, classificando o Plano apresentado como uma manta de retalhos por não obedecer a qualquer critério básico, que é o Plano Director Municipal.

Finalizando a sua intervenção, aponta, na generalidade, uma lacuna que consiste na reorganização dos Serviços Camarários, para que estes possam corresponder à nova dinâmica do crescimento de Aveiro.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal António Correia da Silva, que começou por referir a falta de correspondência entre o Plano de Actividades e o Orçamento, e que o mesmo não passava de um Plano de intenções, porquanto, tal documento é um meio extremamente importante do planeamento da vida autárquica, servindo de base para a elaboração do orçamento.

Mais disse ainda, o mesmo Vogal, que da sua elaboração deve assentar num diálogo com os agentes de desenvolvimento social, cultural e económico do concelho. Frizou, ainda, a necessidade da reorganização dos serviços e da sua transformação em suportes técnico-administrativos, capazes de os implementar.

Teceu, ainda, algumas considerações sobre a apreciação do Plano de Actividades, realçando o facto de que o mesmo deveria ser orientado no sentido das prioridades, nomeadamente as obras em curso e o sector da Habitação.

Neste momento saíu o Vogal António Sancho.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Lúcio de Lemos perguntando qual a ligação entre os Planos de Actividades das Juntas de Freguesia e o Plano de Actividades da Câmara Municipal, nomeadamente o Plano da Junta de Freguesia da Glória.

Também o Vogal Gilberto Madail, no uso da palavra, corrobora as palavras dos seus companheiros de bancada, tecendo, ainda, algumas considerações sobre as intenções da Câmara Municipal ao apresentar tão extenso programa de actividades, perguntando, no entanto, até que ponto serão realizáveis as mesmas intenções.

Handwritten initials and signature at the top left of the page.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal Jaime Machado, que solicitou esclarecimentos sobre os critérios da distribuição de pelouros na Câmara Municipal, porquanto, a sua distribuição prende-se com a elaboração do Plano de Actividades.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara, para abordar e esclarecer todas as dúvidas apresentadas pelos Vogais que usaram da palavra, salientando que, grande parte das criticas foram formuladas por falta de identificação directa dos problemas.

De seguida, usou da palavra a Vogal Maria Antónia, que se referiu ao facto de não ter sido ainda discutido nem aprovado, nesta Assembleia o número de Vereadores a tempo inteiro, na Câmara Municipal, tal como determina a Lei das Autarquias, a que se seguiram os devidos esclarecimentos do Presidente da Câmara.




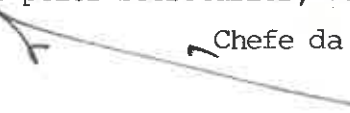
Encerrada a discussão do Plano de Actividades, na generalidade, foi o mesmo posto à votação, tendo merecido aprovação com 21 votos a favor e 20 abstenções.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa declarou suspensa a presente reunião.

Foi deliberado, marcar nova reunião para o próximo dia oito do corrente mês, pelas 21 horas, no Salão Cultural do Município.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Era 1 hora do dia cinco.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, depois de subscrita por mim,     , Chefe da Secretaria da Câmara Municipal.

Francisco Henriques
Francisco Henriques
Francisco Henriques